



LINX S/A

CNPJ/MF nº 06.948.969/0001-75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. (Linx, Companhia) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014.

Mensagem da Administração - O ano de 2014 foi importante para que a Linx conseguisse focar esforços em consolidar sua liderança em sistemas de gestão para o varejo. Em 19 de maio de 2014 a Linx anunciou a aquisição de ativos da Rezende Sistemas Ltda., reforçando a sua presença na vertical de postos de combustíveis e lojas de conveniência. Em 13 de outubro de 2014 a Linx anunciou a aquisição de ativos da Big Automação Ltda. - EPP e da BigFarma Sistemas Ltda. - Me, permitindo a entrada da Companhia em uma nova vertical, a de pequenas e médias redes de farmácias. Em 13 de outubro de 2014 a Linx anunciou a aquisição de ativos da Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda., reforçando a sua presença na vertical de pequenas e médias redes de farmácias. Com isso, a Companhia escreve mais um capítulo na sua história de sucesso, que já conta com acelerado ritmo de crescimento, alta recorrência de receita, base de clientes ampla, fiel e diversificada, rentabilidade e liderança no mercado em que atua. A administração avalia que a Linx inicia o ano de 2015 preparada para acompanhar o crescimento e aproveitar as oportunidades referentes ao mercado de varejo brasileiro, bem como os desafios de uma empresa de capital aberto.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação - A Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão para o varejo brasileiro. A Companhia está presente no mercado há 29 anos oferecendo aos seus clientes sistemas de gestão empresarial integrados que contemplam toda a cadeia de varejo, partindo dos softwares de automação comercial, que realizam todas as operações necessárias do ponto de venda (POS), até o Enterprise resource planning (ERP) completo, além de soluções de conectividade, transferência eletrônica de fundos, e-commerce, CRM, mobilidade totalmente integradas, dentre outras ofertas.

Desempenho Operacional e Financeiro - Em 2014 a receita recorrente atingiu R\$325,9 milhões, com crescimento de 26,7% sobre o 2013 e representando 78,9% da receita operacional bruta. Este crescimento é resultado da nossa estratégia de seguir combinando: (i) aumento do faturamento nos mesmos clientes, através do próprio crescimento orgânico destes clientes, como por exemplo, na abertura de novas lojas, e na habilidade da Linx em realizar vendas das chamadas "ofertas cross", que são complementares aos softwares de POS e ERP; (ii) vendas para novos clientes; e (iii) a consolidação dos resultados trimestrais da LZT, Ionics, Rezende e Big Sistemas e do resultado de Dezembro da Softpharma. Em 2014 a receita operacional líquida foi de R\$368,8 milhões, o que representou um crescimento de 24,8% em comparação com 2013. O EBITDA atingiu R\$104,4 milhões em 2014, representando um aumento de 19,8% em comparação aos R\$87,1 milhões de EBITDA de 2013. No ano, o lucro líquido ajustado atingiu R\$67,6 milhões, crescimento de 8,3% em relação a 2013.

Governança Corporativa - A Linx é participante do Novo Mercado, segmento de mais alto padrão de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Conselho de Administração: A Companhia possui 5 conselheiros de administração, sendo 2 conselheiros independentes segundo o código de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Os seus currículos, assim como o dos diretores da Companhia, podem ser encontrados no site ir.linx.com.br. Arbitragem: Pelo regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, os acionistas controladores, os administradores, a própria Companhia e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devem resolver qualquer disputa relacionada ou oriunda às regras do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Clausulas Compromissórias, quanto a sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos através da arbitragem.

Declaração da Diretoria Estatutária - Em observância às disposições constantes ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes - As demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente. Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram contratados os seguintes serviços: (i) serviços de "Due Diligence" e (ii) revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica. Tais serviços totalizaram R\$ 306 mil, que representaram 87% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício. Os serviços de "Due Diligence" foram contratados em 05 de maio de 2014 e foram prestados até 19 de dezembro de 2014. O serviço de revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica foi contratado em 01 de janeiro de 2014 e foi prestado até 30 de junho de 2014. Em relação a esses serviços a KPMG declarou a Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2015.
A Diretoria

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	33	44	32.539
Aplicações financeiras	6	134.911	274.018	222.470
Contas a receber de clientes	7	-	-	71.865
Estoques	-	-	-	163
Impostos a recuperar	8	9.350	5.748	21.393
Empréstimos a partes relacionadas	8	11.191	9.848	-
Juros sobre capital próprio a receber	8	7.140	-	-
Outros créditos	-	829	779	8.051
		<u>163.454</u>	<u>290.437</u>	<u>356.481</u>
Não circulante				
Empréstimos a partes relacionadas	8	24.862	35.451	-
Depósitos judiciais	-	-	-	417
Outros créditos	-	-	-	659
Ativo fiscal diferido	15	141	-	286
		<u>25.003</u>	<u>35.451</u>	<u>945</u>
Investimentos	9	485.867	311.710	-
Imobilizável	10	-	-	42.292
Intangível	11	-	-	482.464
		<u>510.870</u>	<u>347.161</u>	<u>525.701</u>
		<u>674.324</u>	<u>637.598</u>	<u>882.182</u>

Passivo	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Circulante				
Emprestadores	-	405	194	6.828
Empréstimos e financiamentos	12	11.151	9.709	12.721
Obrigações trabalhistas	13	-	-	27.000
Impostos e contribuições a recolher	2	2.452	-	8.405
Imposto de renda e contribuição social	-	-	590	724
Contas a pagar por aquisição de controladas	14	-	-	29.372
Receita diferida	4,8	-	-	12.434
Dividendos	-	-	4.822	-
Juros sobre capital próprio a pagar	8/16	1.276	-	1.276
Outras contas a pagar	-	-	3.259	5.638
		<u>15.284</u>	<u>15.315</u>	<u>102.019</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	24.862	35.913	59.456
Contas a pagar por aquisição de controladas	14	-	-	47.587
Passivo fiscal diferido	15	-	-	33.333
Outras contas a pagar	-	-	-	5.609
		<u>24.862</u>	<u>35.913</u>	<u>145.985</u>
Patrimônio líquido	16			
Capital social	-	350.662	346.482	350.662
Reservas de capital	-	193.344	191.069	193.344
Reservas de lucros	-	76.973	38.641	76.973
Dividendos adicionais propostos	-	13.199	10.178	13.199
		<u>634.178</u>	<u>586.370</u>	<u>634.178</u>
		<u>674.324</u>	<u>637.598</u>	<u>882.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	16	-	-	3.379
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(16.051)
Retenção de lucros	16	-	-	(13.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
		<u>350.662</u>	<u>214.131</u>	<u>3.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	16	-	-	3.379
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(16.051)
Retenção de lucros	16	-	-	(13.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
		<u>350.662</u>	<u>214.131</u>	<u>3.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	16	-	-	3.379
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(16.051)
Retenção de lucros	16	-	-	(13.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
		<u>350.662</u>	<u>214.131</u>	<u>3.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	16	-	-	3.379
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(16.051)
Retenção de lucros	16	-	-	(13.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
		<u>350.662</u>	<u>214.131</u>	<u>3.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	16	-	-	3.379
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(16.051)
Retenção de lucros	16	-	-	(13.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
		<u>350.662</u>	<u>214.131</u>	<u>3.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	16	-	-	3.379
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(16.051)
Retenção de lucros	16	-	-	(13.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
		<u>350.662</u>	<u>214.131</u>	<u>3.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/13
Saldos em 1º de janeiro de 2013				
Aumento de capital	-	343.794	-	-
Gastos com emissão de ações	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	-	-	1.630	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	1.630
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(18.578)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.121
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.822)
Retenção de lucros	-	-	-	(10.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2013				
Aumento de capital	16	4.180	-	-
Plano de opções de ações	16/25	-	2.275	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	2.275
Lucro líquido do exercício	16	-	-	67.582
Destinações:	-			

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos
Composição do ativo

	Quadrant +	CSI	AVS	Inter Commerce	Dia System	CNP	Custom	Spress	Microvix	Compacta	Direção	LZT	Liderança	Rezende	Compu-farma	Big Sistemas	Soft-pharma	BR Coelho	Total	
Valor da aquisição	39.854	41.128	9.954	13.568	13.800	16.000	4.720	29.750	42.770	46.160	26.485	30.480	3.373	49.900	1.250	38.720	65.080	1.600	474.592	
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	848	927	38	168	257	811	6	378	515	849	1.015	514	104	(307)	11	1.424	304	29	7.891	
Outros créditos	2.668	3.872	359	615	1.876	942	98	2.329	2.128	693	2.250	620	197	2.858	-	509	586	-	22.600	
Outros ativos	-	5	-	-	30	36	-	1.059	86	-	1.428	-	(1)	-	-	-	-	-	2.643	
Imobilizado	346	641	401	276	771	417	33	874	5.726	477	1.481	455	43	5.619	-	328	1.306	-	19.194	
Intangível	-	67	4	8	-	1.946	2	149	4	-	281	-	-	996	-	-	293	-	3.750	
Ativos identificáveis de negociações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores e outros	-	39.256	7.677	11.049	14.661	13.301	1.212	12.491	10.425	14.154	10.734	10.627	903	11.971	297	11.514	-	-	170.272	
Contas a pagar	(4.556)	(4.356)	(536)	(1.748)	(3.459)	(1.761)	(433)	(2.994)	(5.372)	(732)	(6.781)	(1.566)	(130)	(3.640)	-	(2.508)	(2.142)	(156)	(42.870)	
Empréstimos e financiamentos	(95)	-	(327)	-	(429)	-	(56)	(75)	(543)	-	(1.446)	(13)	-	(11.789)	-	-	-	-	(14.773)	
Total líquido do ativo	(789)	40.412	7.616	10.368	13.707	15.692	862	14.211	12.969	15.441	8.962	10.637	1.116	5.708	308	11.267	347	(127)	168.707	
Valor total da contraprestação transferida	39.854	41.128	9.954	13.568	13.800	16.000	4.720	29.750	42.770	46.160	26.485	30.480	3.373	49.900	1.250	38.720	65.080	1.600	474.592	
Valor registrado	-	167	95	(1.508)	-	-	-	-	2.518	-	671	(1.279)	-	-	-	-	-	-	-	664
Valor presente líquido (VPL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.120)	-	(344)	(72)	(183)	-	(742)	-	-	-	(2.461)
Valor total líquido dos ativos	789	(40.412)	(7.616)	(10.368)	(13.707)	(15.692)	(862)	(14.211)	(12.969)	(15.441)	(8.962)	(10.637)	(1.116)	(5.708)	(308)	(11.267)	(347)	(127)	(168.834)	
Valor do patrimônio líquido	40.643	883	2.433	1.692	93	308	3.858	15.539	32.319	30.270	16.244	19.499	2.185	44.009	942	26.711	64.733	1.600	303.961	

Quando à aquisição da Quadrant, realizada anteriormente a 1º de janeiro de 2009, o ativo é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

3. Base de preparação - 3.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras incluem as principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A revisão dos Pronunciamentos Técnico nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC35, CPC37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em função da adoção das práticas contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 12 de fevereiro de 2015. **3.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre pressupostos e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material durante o próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota Explicativa nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Nota Explicativa nº 10 - Vida útil dos bens do ativo imobilizado; Nota Explicativa nº 11 - Recuperabilidade de custos de desenvolvimento e Goodwill; Nota Explicativa nº 15 - Utilização dos créditos fiscais.

4. Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia. **4.1. Base de consolidação - 4.1.1. Combinações de negócios** - As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ativo como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis adquiridos de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício. Os custos de transação os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. **4.1.2. Controladas** - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculos de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. **4.1.3. Consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Linx S.A., suas controladas e fundo exclusivo a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação 31/12/14	31/12/13
Controladas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas Indiretas		
Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda.	100,00%	-
BR Coelho Treinamento em Informática Ltda.	100,00%	-
Fundo Exclusivo		
Retal Retail Fixa Cred Privado FI	100,00%	100,00%

4.1.4. Transações eliminadas na consolidação - Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas de natureza semelhante são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2. Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **4.3. Instrumentos financeiros - 4.3.1. Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento** - A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.3.2. Ativos financeiros não derivativos - Mensuração** - a. Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou variáveis, que não incluem o risco de mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. b. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. c. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, quando o ativo é classificado como mantido para negociação ou seja, conforme o critério de reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **4.3.3. Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração** - A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas assumem o compromisso de fornecer o instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retraiadas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar. **4.3.4. Capital social - Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2014. **4.4. Imobilizado - 4.4.1. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre o recurso advindo da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado do exercício. **4.4.2. Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **4.4.3. Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no item. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, ou seja, de forma prospectiva. **4.5. Ativos intangíveis e ativo - 4.5.1. Ativo - Ativo** - O ativo intangível é reconhecido em demonstrações financeiras, nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ativo no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 2. O ativo é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **4.5.2. Pesquisa e desenvolvimento** - As despesas com pesquisas são reconhecidas no resultado quando incorridas. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível de uso-útil ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. **4.5.3. Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os custos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com o custo de garantia contratual e com despesas com pesquisas são reconhecidos no resultado quando incorridos. A amortização de ativos intangíveis é reconhecida no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

• Software	5 anos
• Desenvolvimento de software	3 anos
• Desenvolvimento de aplicativos	3 anos
• Carteira de clientes das aquisições	8-20 anos
• Acordo de não concorrência das aquisições	5 anos
• Marcas e patentes	7 anos

4.6. Redução ao valor recuperável (Impairment) - 4.6.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado não tenham sofrido perda de valor recuperável é qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma

coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial** - Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **4.6.2. Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuindo ou não mantendo referências a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **4.7. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.8. Receita operacional** - A receita da Companhia é reconhecida quando o cliente aceita o produto ou serviço. A receita é reconhecida com base nas condições de atualizações dos "software", suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de "software", pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Esses serviços são faturados mensalmente. As receitas relativas à manutenção são reconhecidas no resultado mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. • Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos "software" e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função de sua realização. As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial. **4.9. Ativos arrendados** - Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia e suas controladas todos os riscos e benefícios inerentes da propriedade são reconhecidos como ativos. O reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Todos os contratos de arrendamentos operacionais são canceláveis a qualquer momento. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **4.10. Receitas e despesas financeiras** - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **4.11. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor devido quando aplicável, incluindo os respectivos direitos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.12. Estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **4.13. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 8% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consistam em compensação de créditos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados

6) Aplicações financeiras		Data de aplicação		Vencimento		Taxa rendimento médio em relação ao CDI (%)		Controladora		Consolidado	
Tipo	Nome							31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fundo	Retal Retail Fixa Crédito Privado		14/02/2013		Indeterminado			102,90%	134.911	274.018	222.470
Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:											
Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	Valor líquido			
Renda Fixa	CDB-S	31/05/13 a 25/06/2013	14/11/2008 a 03/02/2010	14/11/2014 a 01/02/2016	5.623.000,00	CDI D 112,00% a 113,00%	9.035	9.521			
Renda Fixa	CDBLA	02/08/2013 a 30/10/2013	13/12/2011 a 30/10/2013	26/05/2014 a 02/10/2018	-	CDI D 100,50% a 101,50%	44.403	45.843			
Renda Fixa	LF	15/02/2013 a 31/10/2013	22/12/2011 a 13/09/2013	31/10/2013 a 11/09/2014	-	CDI D 110,00% a 111,00%	32.152	32.522			
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28.000,00	CDI D 111,00%	8.453	9.156			
Renda Fixa	LFSFC	15/02/2013 a 07/03/2013	24/09/2010 a 16/05/2012	30/08/2016 a 15/05/2018	-	CDI e CDI D112,00%	14.542	14.490			
Renda Fixa	NTN-O	31/12/13	15/07/00	02/01/14	48.786.000,00	PRE	105.005	105.005			
Fundo de investimento	Outros fundos				528.329.56738		81.197	81.197			
							Despesas do fundo	(33)			
							Saldo em tesouraria	297.273			
								31/12/14			
Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	Valor líquido			
Renda Fixa	CDB-S	25/06/13	03/02/10	01/02/16	44.000	CDI D 113%	745.114	745			
Renda Fixa	CDBLA	07/08/2013 a 21/02/2014	28/06/2013 a 21/02/2014	16/05/2015 a 02/10/2018	36.169	CDI D 101%	39.937.180	39.937			
Renda Fixa	DEBLA	03/02/14 a 29/04/14	28/04/16 a 01/02/16	01/02/12 a 28/04/16	44.799	CDI D 101,5%	13.287.680	13.288			
Renda Fixa	LF	01/02/2013 a 21/03/2014	14/02/2013 a 11/12/2014	19/02/2015 a 11/12/2017	53.000	CDI D 105% a CDI D107					

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Depreciação										
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(8.892)	(2.019)	(1.345)	(2.321)	(1.085)	(435)	(16.097)			
Adições	(2.552)	(1.474)	(1.345)	(680)	(471)	(5.553)				
Adição por aquisições de empresas	(2.259)	(111)	(206)	(145)	(83)	(2.804)				
Baixas	30	123	49	64	68	754				
Transferência	-	-	-	-	-	-	420			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(13.673)	(3.481)	(1.751)	(3.062)	(1.571)	(162)	(23.700)			
Valor Residual										
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	7.809	4.969	1.995	7.480	156	7.246	170	10	29.835	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.312	4.960	1.554	5.383	3.148	3.961	736	26.054		
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%				
Consolidado										
Computadores e eletrônicos										
Custo										
"Saldo em 31 de dezembro, 2013"	21.482	8.450	3.746	10.542	156	8.817	332	10	53.535	
Adições	1.431	2.293	923	4.967	3.636	337	2	13.589		
Adição por aquisições de empresas	2.824	591	596	1.165	-	2.833	1.000	9.009		
Baixas	(339)	(1.791)	(112)	(40)	(90)	(152)	-	(2.524)		
Transferência	13	-	-	40	103	-	-	-		
"Saldo em 31 de dezembro, 2014"	25.411	9.543	5.153	16.674	12.466	3.350	1.012	73.609		
Depreciação										
"Saldo em 31 de dezembro, 2013"	(13.673)	(3.481)	(1.751)	(3.062)	(1.571)	(162)	-	(23.700)		
Adições	(2.627)	(1.733)	(394)	(1.477)	(1.003)	(78)	-	(7.312)		
Adição por aquisições de empresas	(1.216)	(373)	(83)	(139)	-	(87)	-	(1.898)		
Baixas	145	1.126	61	30	84	147	-	1.593		
Transferência	(17.371)	(4.461)	(2.167)	(4.648)	(2.490)	(180)	-	(31.317)		
Valor Residual										
"Saldo em 31 de dezembro, 2014"	8.040	5.082	2.986	12.026	-	9.976	3.170	1.012	42.292	
"Saldo em 31 de dezembro, 2013"	7.809	4.969	1.995	7.480	156	7.246	170	10	29.835	
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%				

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica "despesas operacionais administrativas e gerais".

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intangível										
Custo										
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	8.049	36.187	33.338	45.500	44.615	772	128.040	83	296.584	
Adições	15.124	12.081	3.000	17.835	9.999	-	35.578	-	48.040	
Adição por aquisições de empresas	745	-	4.005	9.702	9.999	-	-	-	60.029	
Baixas	-	(9)	-	(864)	(416)	-	-	(2)	(1.291)	
Transferência	-	-	80	-	-	-	-	(80)	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	23.918	48.259	40.423	54.338	72.033	772	163.618	1	403.362	
Amortização										
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(3.674)	(21.045)	(16.169)	(6.244)	(463)	(3.963)	-	-	(51.558)	
Adições	(2.662)	(7.817)	(9.514)	(4.146)	(156)	-	-	-	(24.295)	
Adição por aquisições de empresas	(496)	-	-	-	-	-	-	-	(496)	
Baixas	-	2	-	101	29	-	-	-	132	
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(6.832)	(28.860)	(25.582)	(10.361)	(619)	(3.963)	-	-	(76.217)	
Valor Residual										
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	17.086	19.399	40.423	28.756	61.672	153	159.655	1	327.145	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	4.375	15.142	33.338	29.331	38.371	309	124.077	83	245.026	
Vida útil média em anos	5	3	3	4,5	15	5	5	-	-	
Taxa média de amortização anual	20%	33,33%	-	22,22%	6,67%	20%	-	-	-	

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intangível										
Custo										
Saldo em 31 de dezembro, 2013"	13.618	13.094	35.165	40.423	64.638	72.033	772	163.618	1	403.362
Adições	7.183	5.448	7.736	826	1.980	-	-	-	-	23.173
Adição por aquisições de empresas	518	996	(86)	(9)	-	-	-	165.340	-	166.854
Baixas	(3)	(18.908)	(86)	(9)	1.952	6.929	14.374	(2.629)	-	(2.771)
Transferência	(496)	-	-	-	-	-	-	(22.368)	-	-
"Saldo em 31 de dezembro, 2014"	20.430	586	61.723	817	42.375	73.546	86.407	772	303.961	1
Amortização										
Saldo em 31 de dezembro, 2013"	(5.947)	-	(28.860)	(87)	(232)	(26.467)	(10.361)	(619)	(3.963)	(76.217)
Adições	(2.614)	-	(9.235)	(87)	(232)	(12.448)	(7.129)	(154)	-	(31.899)
Adição por aquisições de empresas	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(279)	-	(167)	-	446	-	-	-	-	-
"Saldo em 31 de dezembro, 2014"	(8.778)	-	(39.262)	(87)	(232)	(38.469)	(17.490)	(773)	(3.963)	(108.154)
Valor Residual										
"Saldo em 31 de dezembro, 2014"	11.552	586	23.461	730	42.143	35.077	68.917	(1)	299.998	1
"Saldo em 31 de dezembro, 2013"	7.671	13.094	6.305	40.423	38.171	61.672	153	159.655	1	327.145
Vida útil média em anos	5	3	3	3	4,5	4,5	5	5	-	-
Taxa média de amortização anual	20%	-	33,33%	33,33%	14%	18,46%	9,85%	20%	-	-

* Valores relativos à capitalização de juros de empréstimo obtido junto BNDES, destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica "despesas operacionais administrativas e gerais".

11.1. Desenvolvimento de Software - A atividade da controlada Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos, que, segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram amortizados R\$ 9.235 (R\$ 7.817 em 2013) no consolidado. Conforme comentado anteriormente, essa amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi reconhecido no resultado do exercício o montante de R\$ 44.006 (R\$ 32.932 em 2013) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos.

11.2. Análise de recuperabilidade - Ágio - A Administração da Companhia efetua anualmente a análise da recuperabilidade do ágio. No teste realizado em 31 de dezembro de 2014, foi considerado o planejamento de longo prazo até 2021, elaborados para o segmento Linx Sistemas, atuante no desenvolvimento de software no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, com as seguintes premissas mais relevantes: As receitas foram projetadas entre 2015 e 2021, considerando o crescimento da base de clientes. Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Os investimentos em capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia. Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2014, para perpetuidade, consideramos uma taxa de crescimento de 6,1%, equivalente à média da inflação dos últimos 5 anos medida pelo IPCA. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a taxa de 15,3% ao ano. Em 31 de dezembro de 2014 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

Tipo	Encargos	Vencimento	Garantia / Tipo	Controladora		Consolidado	
				31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Capital de Giro	Juros pré-fixado de 0,03573% a 0,458% ao mês	-	(b)	-	-	1.336	-
Empréstimo	-BNDES TJLP + 1% a.a.	15/08/2014	(c)	-	1.306	-	1.306
Empréstimo	-BNDES TJLP + 1,5% a.a.	15/03/2018	(d)	36.013	44.316	36.013	44.316
Empréstimo	-BNDES TJLP + 1,67% a.a.	15/02/2021	(e)	-	-	34.710	-
Leasing Financeiro	Juros pré-fixados de 0,0064% a 1,7841% ao mês	02/02/2016	(a)	36.013	45.622	72.177	47.045

Parcela a amortizar no curto prazo classificada no passivo circulante

Passivo não circulante

O montante classificado no passivo não circulante no consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano	31/12/14	31/12/13
2016	11.197	-
2017	18.222	-
2018	11.375	-
2019	8.613	-
2020	8.613	-
2021	1.435	-
	59.456	-

12.1. Operações com terceiros - (a) As garantias são constituídas pelos próprios bens adquiridos, sendo as máquinas e equipamentos, registrados no ativo imobilizado. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2014 de capital de giro refere-se a empréstimos bancários oriundos das aquisições das empresas Rezende Sistemas Ltda. e Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda. **12.2. Operações com partes relacionadas** - (c) Refere-se ao empréstimo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, atualizado pela TJLP, acrescido de juros de 1% ao ano. (d) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados mensalmente nos demonstrativos financeiros consolidados: a. Endividamento geral / ativo total; igual ou inferior a 65%; b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,0; c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%; (e) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados mensalmente nos demonstrativos financeiros consolidados: a. Endividamento geral / ativo total; igual ou inferior a 60%; b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0; c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%. Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios: - EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização; - Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades. Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos o contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obrigam a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma "conta centralizadora" aberta para tal fim. Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2014. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (covenants).

	Consolidado	31/12/14	31/12/13
Provisão Férias e encargos	13.943	9.412	-
INSS a Recolher	2.512	2.009	-
Provisão participação lucros e resultados	6.174	4.328	-
FGTS a pagar	1.310	954	-
Salários a pagar	1.495	1.831	-
Acordos trabalhistas	40	947	-
Outros	1.526	608	-
	27.000	20.089	-

14. Contas a pagar por aquisição de controladas - As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	31/12/14	31/12/13
Parcelas não sujeitas à atualização	7.800	14.021	-
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	3.596	5.383	-
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	50.472	14.564	-
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPC	7.504	7.119	-
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	8.464	13.918	-
Ajuste a valor presente	(957)	(565)	-
	76.959	54.440	-
Passivo circulante	29.372	17.660	-
Passivo não circulante	47.587	36.780	-

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Ano	31/12/14	31/12/13
2016	23.545	-
2017	7.986	-
2018	10.015	-
2019	6.041	-
	47.587	-

15. Imposto de renda e contribuição social - **15.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social** - O imposto sobre o lucro antes do imposto diferido foi o teorístico que foi obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Consolidado	31/12/14	31/12/13			
Imposto corrente	(3.392)	(585)	(5.962)			
Imposto diferido	141	-	(10.004)			
Despesa de imposto de renda e contribuição social para renda efetiva	(3.251)	(585)	(15.966)			
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:						
	Controladora	Consolidado	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	70.833	62.995	83.548	76.747	-	-
Exclusão do lucro das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	(2.307)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(47.942)	(40.538)	-	-	-	-
Resultado ajustado	22.891	22.457	83.548			

	31/12/14	31/12/13
Lucro líquido do exercício	67.582	62.410
Número médio ponderado de ações	46.885.549	45.473.009
Lucro diluído por ação (em Reais)	1,4414	1,3635

25 Pagamento com base em ações - Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de dezembro de 2012 o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da Companhia; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção de pessoas chave da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que estabelece os programas de outorga, cabendo-lhe definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos altos executivos da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (iii) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (iv) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano. Em 28

de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 614.317 opções de ações, com preço de exercício de R\$18,72 (dezoito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e

respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 135.353 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 33,83 (trinta e três reais e oitenta e três centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Número	Data	Quantidade de opções (*)	Preço de - exercício - reais (*)	Precificação de opções (*)	Expectativa de		Premissas valor justo	
					Dividendos - %	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
1ª	28/02/13	614.317	18,72	12,73	3,3%	25,24%	10,27%	4 anos
2ª	28/02/14	135.353	33,83	11,81	0,8%	25,11%	10,12%	4 anos

(*) Valores pós split de 21 de janeiro de 2013

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.275 (R\$ 1.630 no mesmo período de 2013), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia. O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de "plano de opções de ações" é de R\$ 3.905 (R\$ 1.630 em 31 de dezembro de 2013).

26 Joint Venture com a Cielo - A Linx S.A. assinou em 02 de junho de 2014 um memorando de entendimentos não vinculante com a CIELO S.A., para a criação de uma joint venture que terá como foco o desenvolvimento e comercialização de uma solução única e integrada, que embarca automação comercial, software de gestão e plataforma de pagamentos eletrônicos, para os pequenos varejistas brasileiros. A concretização da operação está sujeita à assinatura dos documentos definitivos e à aprovação das autoridades regulatórias aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2014 a situação da Joint Venture continua inalterada.

27 Eventos subsequentes - 27.1. Juros sobre capital próprio - Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2015, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor bruto de R\$ 14.700, perfazendo o montante total líquido de R\$ 12.495, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 27 de janeiro de 2015.

Diretoria

Alberto Menache - Diretor Presidente

Dennis Herszkowicz - Vice-Presidente Financeiro e RI

Contadora

Eloisa Moraes Souza de Oliveira CRC 1SP247057/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da **Linx S.A.** São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Linx S.A.** "Companhia", identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria

inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas** - Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Demonstrações do valor adicionado** - Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. **Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.**



São Paulo, 12 de fevereiro de 2015
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Wagner Petelin - Contador CRC 1SP142133/O-7